



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. CORONEL MEIRA)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Defesa a respeito do uso da tecnologia da Starlink, projeto da empresa americana SpaceX, pelas Forças Armadas no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. José Múcio Monteiro, Ministro de Estado do Ministério da Defesa, a respeito do uso da tecnologia da Starlink, projeto da empresa americana SpaceX, pelas Forças Armadas no Brasil.

Em 06 de abril de 2024, o dono da rede social “X”, Elon Musk, expôs, para o Brasil e para o mundo, uma intensa pressão da justiça brasileira, representada por Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, para suspender contas usuários da plataforma e a obter de dados pessoais de forma ilegal, inclusive de membros do Parlamento e jornalistas.

Além da rede social X, Musk tem no Brasil a operadora de internet via satélite denominada Starlink que, segundo noticiado pelo site Teletime





News¹, teria contratos com o governo federal. Diante da repercussão do embate entre Musk e a justiça brasileira, os veículos de comunicação Brasil 247² e o Diário do Centro do Mundo³, ligados ao governo, publicaram a seguinte manchete: “o ministro da Secretaria de Comunicação (Secom), Paulo Pimenta, revelou nesta segunda-feira (8) que o governo brasileiro está considerando a revisão dos contratos estabelecidos com a empresa de internet via satélite Starlink”.

Como resposta, o empresário afirmou que, caso os contratos forem cancelados pelo governo brasileiro, a Starlink passaria a oferecer internet gratuita em escolas⁴. No entanto, conforme noticiado pelo Poder 360⁵, os Ministérios da Comunicação e da Educação negaram a existência de contratos entre o Governo Federal e a referida empresa americana, e declararam que não há negociações em curso.

Ocorre que, no caso específico das Forças Armadas, o Teletime publicou o seguinte:

[...] Mas TELETIME levantou exemplos de contratações com órgãos públicos nacionais, que abriram editais para aquisição de serviços de conectividade via satélite, mas com uma exigência específica: a tecnologia deve ser da Starlink. Como mencionado, a operadora de Musk não conta com uma estrutura operacional no Brasil, apenas

1 Disponível em: <https://teletime.com.br/09/04/2024/veja-alguns-dos-contratos-da-starlink-com-orgaos-publicos-do-brasil/>

2 Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil/secom-anuncia-que-governo-ira-rever-contratos-com-a-starlink-de-elon-musk-apos-ataques-ao-brasil#google_vignette

3 Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/governo-lula-pode-rever-contratos-com-starlink-apos-ataques-de-musk-diz-pimenta/>

4 Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/elon-musk-diz-que-vai-dar-internet-de-graca-para-escolas-se-lula-romper-com-starlink/>

5 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/ministerios-negam-contratos-do-governo-com-empresa-de-musk/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Coronel Meira

Apresentação: 15/04/2024 18:05:48.023 - MESA

RIC n.957/2024

representantes comerciais. Mas isso não impede que empresas terceirizadas (credenciadas pela operadora) entrem nesses editais para fornecer o kit ao governo.

Exército e Marinha

Esse é o caso do Exército e do Comando da Marinha. O Exército recebe até dia 22 de abril um pedido de conexão especificamente com a plataforma Starlink, no valor de R\$ 146 mil, para a Infantaria de Selva de Rondônia.

No dia 20 de março de 2024, a ordem naval abriu um processo de contratação direta para a "aquisição de um kit de antena de telecomunicação para acesso à internet via satélite por meio de rede de satélites interconectados Starlink, em órbita baixa (LEO)" em Belém.

Diferentemente de uma licitação tradicional, no processo de contratação direta, a administração pública seleciona um fornecedor ou prestador de serviços sem a necessidade de realizar um processo de licitação. No caso de Belém, a selecionada foi a Durni Trade LTDA. Sediada em Fortaleza, a empresa escolhida forneceu o serviço solicitado pela Marinha ao custo de R\$ 25.051,46 – segundo consta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Em outubro do ano passado, a Marinha já havia aberto um processo de contratação direta semelhante ao mencionado acima – mas para a cidade de Santos, em São Paulo. A empresa escolhida foi a paulista Madwork Comércio e Representações LTDA, que ofereceu o menor preço (R\$ 28.180) entre o grupo de fornecedores





consultados pelo órgão.

Já no Rio de Janeiro, a Marinha (também por contratação direta) tinha a demanda pela tecnologia da Starlink para instalação no NAM Atlântico – o maior navio da Marinha, que é do tipo porta-helicóptero. Em julho de 2023, o órgão escolheu a carioca ACSA Comércio de Equipamentos e Serviços LTDA, que fez uma oferta no valor de R\$ 8.160.

No PNCP, há ainda um processo aberto nessa segunda-feira, 8, para assinatura do serviço de telecomunicações da Starlink para a cidade de Porto Velho. A fornecedora ainda não foi escolhida, já que o processo segue aberto até o dia 22 de abril. No entanto, a Marinha detalhou o valor total estimado para o fornecimento dos equipamentos, "transporte e instalação de todo aparato necessário para o funcionamento do link satelital sendo período de 12 meses por terminal": R\$ 76.290,24.

Além disso, segundo a BBC News⁶, a Starlink já é líder isolada entre os provedores de banda larga fixa por satélite na Amazônia legal, com antenas instaladas em 90% municípios da região até julho de 2023, e seus principais clientes estão localizados em regiões de difícil acesso. Diante disso, faz-se necessário saber se o Comando Militar da Amazônia, que envolve a 12ª Região Militar, e possui Hospitais, Batalhões, Companhias, Centros de Comando, Pelotões, entre outros, utilizam da internet fornecida pelos satélites da Starlink.

Nesse sentido, considerando a importância de se ter

6 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2edkw84zmo>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Coronel Meira

Apresentação: 15/04/2024 18:05:48.023 - MESA

RIC n.957/2024

conhecimento da amplitude dos serviços prestados pela Starlink no Brasil, bem como da previsão e mensuração dos prejuízos para a população brasileira em decorrência de eventual interrupção dos serviços, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

1. O Ministério da Defesa tem conhecimento da existência de contratos firmados entre as organizações das Forças Armadas e a empresa Starlink? Em caso afirmativo, apresentar detalhadamente todos os contratos;
2. Houve alguma recomendação ao Ministério da Defesa no sentido de cancelamento de contratos realizados com a empresa Starlink?
3. Caso haja o cancelamento de eventuais contratos com a referida empresa, quais seriam as consequências e os prejuízos para os serviços prestados pelas Forças Armadas no país?
4. Como o Ministério pretende minimizar os prejuízos da eventual extinção dos contratos firmados com a Starlink?

Sala de Sessões, em de abril de 2024.

CORONEL MEIRA
Deputado Federal (PL/PE)

